

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Gisele Tomaz Reis Sousa

**DUAS NAÇÕES ENFRENTAM O PÓS-GUERRA: EUA E FRANÇA
E OS PLANOS DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA**

Varginha

2022

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Gisele Tomaz Reis Sousa

**DUAS NAÇÕES ENFRENTAM O PÓS-GUERRA: EUA E FRANÇA E
OS PLANOS DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA**

Trabalho de conclusão de Piepex
apresentado ao Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal de Alfenas
como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Ciência e
Economia.

Orientador: Thiago Fontelas
Rosado Gambi.

Varginha

2022

RESUMO

O pós Segunda Guerra foi um período importante para os países envolvidos no conflito, pois tiveram que enfrentar um cenário de desorganização social política e econômica. Nesse sentido, foram criados diversos programas de recuperação econômica, sendo o mais conhecido o Plano Marshall, relacionado aos EUA. No entanto, foram elaborados outros planos menos conhecidos, tais como o Plano Monnet, na França. O objetivo principal deste trabalho é responder à seguinte pergunta: se já havia um plano de recuperação econômica como o Plano Marshall, que pretendia auxiliar os países da Europa Ocidental envolvidos no conflito, por que a França elaborou um plano específico? O objetivo deste trabalho é apresentar, analisar e comparar esses dois planos, a fim de responder essa questão. Para tanto, a metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica e a análise de dados obtidos através de obras que abordaram o assunto estatisticamente.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. O CONTEXTO ECONÔMICO PÓS-1945	6
3. O PLANO MARSHALL: RESULTADOS E CRÍTICAS	11
4. O PLANO MONNET: O PLANO SCHUMAN E A IDEIA DE UM PLANO ÚNICO PARA A FRANÇA	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1. INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os países que dela participaram estavam devastados política e economicamente, mesmo os que estavam do lado vencedor. Frente a tamanha destruição do alicerce econômico, a fim de restaurar a economia desses países foram criados planos de recuperação econômica. Nos EUA, o general e ex-secretário de Estado, George C. Marshall, criou um programa de ajuda econômica para os países aliados da Europa Ocidental no pós-guerra.

O plano Marshall certamente é o mais famoso do período e foi uma iniciativa dos EUA para amparar a Europa Ocidental, à qual os americanos deram auxílio econômico para ajudar na reconstrução dos países dessa região que estavam destruídos após a guerra. Entretanto, outros países também elaboraram seus próprios programas de recuperação econômica, como é o caso da França e o Plano Monnet. Jean Monnet, consultor econômico e político francês, dedicou um plano especial para a nação francesa, a partir do qual foram elaborados planos quinquenais que permaneceram para além do período imediatamente posterior à guerra.

A ideia central que norteia o presente trabalho é comparar o plano dos EUA e o da França, e analisar as estratégias que levaram esses países a transformações profundas na reestruturação da economia e reconstrução da nação. E é nesse campo que também surge a questão: se já havia um plano econômico para auxiliar os países aliados dos EUA, a França inclusive, porque foi pensado um plano especificamente para a França?

O assunto é pertinente porque analisa e compara os dois planos econômicos possibilitando que, em caso de crises econômicas na atualidade, independente de suas motivações, os países possam se inspirar nas ideias propostas por Marshall e Monnet no passado e tomar decisões que, em estado de urgência, já se mostraram eficazes no passado.

O trabalho está dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção traz o contexto econômico mundial no fim da guerra, como foi o comportamento do PIB e o grau de produtividade em países selecionados. A segunda seção analisa a postura dos EUA diante das problemáticas vivenciadas no pós-guerra e como a decisão de criar um programa de ajuda econômica para os países da Europa Central, beneficiou os europeus, mas principalmente os EUA. Por fim, a terceira seção apresenta o Plano Monnet, pensado para reconstruir a França no pós-guerra: quais foram as decisões tomadas, o que foi pensado unicamente para essa nação e os resultados deste programa. Esse

plano é menos conhecido, mas foi de crucial importância para a reconstrução da economia francesa.

2. O CONTEXTO ECONÔMICO PÓS 1945

Hobsbawm, famoso historiador marxista, qualificou a Segunda Guerra Mundial como a “guerra total” por ter sido uma guerra de caráter ideológico, ter envolvido tantos países e resultado em tantas mortes. Em seu famoso livro sobre o século XX, referia-se deste modo à guerra:

Ao contrário da Primeira Guerra Mundial, essa mútua intransigência não exige explicação especial. Era, de ambos os lados, uma guerra de religião, ou, em termos modernos, de ideologias. Foi também, e demonstravelmente, uma luta de vida ou morte para a maioria dos países envolvidos. O preço da derrota frente ao regime nacional-socialista alemão, como foi demonstrado na Polônia e nas partes ocupadas da URSS, e pelo destino dos judeus, cujo extermínio sistemático foi se tornando aos poucos conhecido de um mundo incrédulo, era a escravização e a morte. Daí a guerra ser travada sem limites. A Segunda Guerra Mundial ampliou a guerra maciça à guerra total (HOBSBAWM, 1994, p. 40).

A guerra marcou a história da humanidade, gerando um temor de que conflitos dessa proporção pudessem se repetir novamente. Nesse sentido, justamente para evitar tal situação, foram criadas instituições que visam manter a paz entre as nações, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU deveria atuar no cenário internacional para viabilizar a mútua colaboração entre os países de modo a evitar guerras e restaurar a paz no caso da eclosão de algum conflito. No entanto, no pós-guerra, a ONU se mostrou incapaz de resolver conflitos de grande proporção e segue do mesmo modo no tempo atual, haja vista sua atuação no conflito russo-ucraniano. Segundo Branco (2004, p.119), isso se dá devido ao fato de que a ONU não possui recursos econômicos e militares necessários para persuadir as partes envolvidas no conflito, essas fragilidades constituem um obstáculo para que ela seja um meio pacificador eficaz. No pós-guerra, as fragilidades da ONU foram reparadas por meio do plano econômico articulado pelos EUA, o Plano Marshall.

Conforme destacado por Hobsbawm (1994), a Segunda Guerra foi um conflito de caráter ideológico. Os países democráticos, a União Soviética comunista e os regimes fascistas pensavam o mundo de maneiras divergentes, e tal oposição ideológica ajudou a conduzir o mundo para a guerra. De acordo com um estudo realizado pela ONU, cerca de 60 milhões de cidadãos perderam a vida no decorrer deste conflito (ONU News, 2021).

A Segunda Guerra Mundial, diferentemente de sua antecessora, atingiu a população como um todo, matando tanto civis quanto soldados. Obteve maiores proporções nos países

da Europa Ocidental, sobretudo, aqueles que se envolveram ativamente no conflito do lado dos EUA, por exemplo, a França e o Reino Unido. Eichengreen e De Long (1991) analisam que quando a Segunda Guerra terminou mais de 40 milhões de pessoas na Europa estavam mortas por fome ou violência. Mais da metade dos mortos eram habitantes da União Soviética. Mesmo a oeste da fronteira soviética talvez um habitante em cada vinte foi morto – quase um em cada doze na Europa Central. Na Primeira Guerra Mundial, a esmagadora proporção dos mortos eram soldados. Durante a Segunda Guerra Mundial, menos da metade dos mortos eram militares (EICHENGREEN; DE LONG, 1991, p.16).

A guerra foi um processo coletivo cujos impactos foram profundamente transformadores nas relações econômicas, sociais e políticas de diversas áreas do globo. O elevado número de mortes decorrentes da guerra aliado à quantidade de homens que precisavam servir nas frentes de batalha provocou modificações no cenário do mercado de trabalho da época, forçando a incorporação das mulheres nas indústrias.

A economia mundial no período entre o fim do século XIX e meados do século XX era, segundo Almeida (2015, p. 127), retratada como um sistema não muito bem articulado de economias nacionais e colônias e semi-colônias, interligadas por intercâmbios voluntários ou compulsórios de bens, serviços, capitais, mão de obra e tecnologia. De modo análogo, foi um lapso de tempo no qual também houve mudanças estruturais na economia. O modelo capitalista evoluiu e estabeleceu-se com uma face moderna dando base para a sustentação da população consumidora em massa. Ainda segundo Almeida (2015, p.4), com os efeitos da Segunda Revolução Industrial e as inovações tecnológicas no ambiente de trabalho, houve um enorme impulso da produção industrial. O autor argumenta que, com o fim da Segunda Guerra, haveria concentração industrial, já que os países do capitalismo avançado seriam responsáveis por quase 94% da produção industrial (CHRISTIAN apud ALMEIDA, 2015, p. 406-409). Não obstante, em 1945, com o fim da guerra, foi criado o sistema de Bretton Woods e instituições que, até os dias atuais, auxiliam na organização de uma ordem econômica financeira e comercial: o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Acordo Geral de Tarifa e Comércio¹.

Conforme previamente destacado, no aspecto econômico, a sociedade passou por fases bastante distintas no período da Segunda Guerra Mundial: relevantes avanços tecnológicos decorrentes da Segunda Revolução Industrial, as consequências da Crise de

¹ **Organização Mundial de Comércio:** O Acordo Geral de Tarifa e Comércio foi substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC), fundada em 1995. A OMC visa supervisionar e liberalizar o comércio internacional.

1929, a adoção do padrão-ouro, enfim, um variado conjunto de ciclos e rupturas. Ademais, o choque da Segunda Guerra Mundial apenas prejudicou o cenário econômico.

A distribuição produtiva foi fortemente afetada nesta época, na maior parte, por princípios fundamentalmente políticos, como guerras, crises econômicas, desajustes cambiais decorrentes do fim do padrão-ouro e fechamento de fronteiras (HOBSBAWM, 1994, p.45). De maneira simplificada, devido às mortes resultantes da guerra, a economia perdeu força produtiva. Com os cidadãos servindo na guerra e a perda constante de vidas, os prédios industriais não possuíam mão de obra suficiente para operar as máquinas industriais e possibilitar a produção de bens e serviços. Nesse sentido, fica evidente que a produção da economia mundial nesse período teve uma queda brusca, seja devido à escassez de mão de obra, seja por prejuízos nos recursos produtivos.

As perdas de recursos produtivos foram pesadas, sem contar a queda no contingente da população ativa. Vinte e cinco por cento dos bens de capital pré-guerra foram destruídos na URSS durante a Segunda Guerra Mundial, 13% na Alemanha, 8% na Itália, 7% na França, embora apenas 3% na Grã-Bretanha (mas isso deve ser contrabalançado pelas novas construções do tempo de guerra). No caso extremo da URSS, o efeito econômico líquido da guerra foi inteiramente negativo. Em 1945, a agricultura do país estava em ruínas, assim como a industrialização dos Planos Quinquenais pré-guerra. Tudo que restava era uma imensa e inteiramente inadaptável indústria de armamentos, um povo morrendo de fome e em declínio, e maciça destruição física (HOBSBAWM, 1994, p. 45).

Tabela 1. Perdas de recursos produtivos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

País	Porcentagem de perdas
Alemanha	13%
França	7%
Grã-Bretanha	3%
Itália	8%
União Soviética	25%

Fonte: HOBSBAWM (1994, p.45).

Os estragos materiais e sociais da Segunda Guerra Mundial foram visivelmente maiores que os de sua antecessora, cuja destruição foi contida em uma zona estreita em torno

de trincheiras. Os campos de batalha da Segunda Guerra eram distribuídos de modo mais amplo, atingindo diversas áreas e em maiores proporções. Além do mais, o armamento utilizado era de uma geração mais avançada e, por isso, mais destrutivo. A partir da Segunda Guerra, por exemplo, foram vistas as primeiras campanhas de bombardeio estratégico.

O rescaldo da Segunda Guerra Mundial viu muitas pessoas da Europa Ocidental mortas, seu estoque de capital danificado e a teia de relações de mercado rasgada. O alívio por si só exigia gastos governamentais muito mais substanciais do que as bases tributárias reduzidas poderiam financiar. O ciclo pós Primeira Guerra Mundial de hiperinflação e depressão parecia prestes a se repetir. Os preços subiram na Itália para 35 vezes o nível anterior à guerra. A França tirou quatro zeros do franco. A produção industrial recuperou um pouco mais rapidamente do que a produção agrícola após 1945. Mas dois anos após o fim da guerra, a produção de carvão na Europa Ocidental ainda estava abaixo dos níveis alcançados antes ou durante a guerra. A produção de carvão alemã em 1947 prosseguiu em pouco mais da metade do ritmo pré-Segunda Guerra Mundial. A produção holandesa e belga estava 20% abaixo e a britânica 10% abaixo dos níveis anteriores à guerra (EICHENGREEN; DE LONG, 1991, p.17).

Judt (2005) analisa o cenário econômico no pós 1945, mais precisamente, os últimos 55 anos do século XX. Ele mostra que esses anos foram tão conturbados para a economia quanto o primeiro e se iguala ao primeiro apenas no que diz respeito a resistir às suas consequências. Aborda os dilemas na reconstrução e reorganização dos países após a catástrofe das grandes guerras, principalmente da última, maior e mais catastrófica.

Em sua análise, no cenário do pós-guerra, várias atividades eram essenciais e urgentes para a sociedade. Urgia a reconstrução de moradias, do sistema de transporte e dos prédios industriais, pois a população precisava voltar a ter condições de moradia, se locomover e trabalhar de modo a circular a economia.

Os desembolsos iniciais feitos pela maioria dos governos durante o pós-guerra foram destinados, acima de tudo, à modernização da infraestrutura - construção ou modernização de estradas, ferrovias, casas e fábricas. Em alguns países, o dispêndio com itens de consumo foi propositalmente restringido e o resultado foi que para muita gente os primeiros anos do pós guerra se tornaram um tempo de contínua penúria, ainda que diferente daquela antes vivenciada (JUDT, 2005, p. 332).

Outro fato crucial apontado por Judt, ao qual chamou de “revolução econômica”, cuja comprovação estatística pode ser vista nos dados de Maddison, foi o aumento no grau de produtividade do trabalhador europeu. Entre os anos 1950 e meados da década de 1970, na

França, por exemplo, foram registrados aumentos de 4,1%; na Alemanha 5%; nos EUA apenas 2,5%.

Uma rápida análise dos cálculos feitos por Maddison (2001, p. 128, p.217, p.242) pode dar uma ideia da profundidade e do tamanho das numerosas transformações ocorridas na economia mundial ao longo do dinâmico século XX. Três informações essenciais devem ser consideradas no cenário pós-guerra: o crescimento populacional, as altas do PIB e a migração. Analisando os anos 1950 até meados da década de 1970 foi observado forte crescimento populacional, principalmente na Ásia, com exceção do Japão, que teve um aumento populacional de 2,19%; na África, com crescimento calculado em 2,33%, e na América Latina cujo incremento foi de 2,73%, no período analisado (1950-1970). Observando o PIB no mesmo espaço temporal também foram estimados aumentos significativos, principalmente no Japão, cujo crescimento foi de 9,29%. Ademais, foram notados aumentos nos números de migração. Na Europa Ocidental, da década de 1950 até meados dos anos 1970, 9.381 cidadãos migraram de uma região para outra, nos EUA, por sua vez, 8.257 pessoas efetuaram movimentos migratórios nesse período.

Parte do crescimento demográfico se deveu ao baby boom, geração que nasceu no período do pós-guerra. Em virtude das melhores condições de moradia e das melhorias na área da saúde, a taxa de mortalidade infantil decresceu na Europa. Conforme Conger (1998), nascidos entre o fim da guerra em 1945 e meados dos anos 1960, essas crianças nascidas no pós-guerra alcançaram a idade adulta na década de 1970 e 1980 e acompanharam as diversas transformações sócio-culturais, políticas e econômicas que o mundo vivenciou, tais como a Guerra do Vietnã e os movimentos feministas. Na esfera econômica, a fórmula é clara: quanto maior a população maior seria a demanda e o consumo.

O baby-boom deve ser entendido no contexto da calamidade demográfica resultante da guerra. Entre 1950 e 1970, a população do Reino Unido cresceu 13%, a Itália 17%. Na Alemanha Ocidental, nesses mesmos anos, a população cresceu 28%, na Suécia 29%, na Holanda 35%. Em alguns casos, o crescimento interno foi reforçado pela imigração (de colonos que voltavam para a Holanda, de alemães orientais e outros refugiados à República Federal) (JUDT, 2005, p.338).

Ernst Gombrich, um dos mais célebres e renomados historiadores da arte do século XX, ao notar o crescimento populacional no pós-guerra, manifestou-se a respeito desse fenômeno da seguinte forma:

A principal característica do século XX é a terrível multiplicação da população do mundo. É uma catástrofe, uma tragédia. Não sabemos o que fazer a respeito (GOMBRICH apud HOBSBAWM, 1994, p. 10).

É notória uma grande preocupação dos intelectuais das mais diversas áreas do pensar a respeito desse crescimento em massa da população num cenário pós-guerra no qual não há sequer emprego e moradia. Nesse sentido, pode-se afirmar que a preocupação dos líderes dos países não acabou com o fim da guerra, o problema agora era outro: além de recuperar os países do atraso econômico proveniente da guerra, era necessário garantir trabalho, residência, saúde e bem-estar para esta população que só crescia. Aliado a isso, era necessário modernizar a economia para competir no mercado internacional. Para alcançar esse objetivo, foram elaborados os planos de recuperação econômica.

3. O PLANO MARSHALL: RESULTADOS E CRÍTICAS

Conforme apresentado na primeira seção, o cenário econômico e social da maioria dos países da Europa Central no pós-guerra era de calamidade e destruição. O futuro da Europa era incerto, mas naquele momento era fundamental que alguma decisão fosse tomada visando resolver a situação dos países europeus que foi descrita por Judt (2005, p.33) do seguinte modo:

A perspectiva que a Europa oferecia era de miséria e desolação. As fotografias e os documentários da época mostram torrentes deploráveis de civis desamparados, viajando em carroças através de paisagens bombardeadas, por cidades devastadas e campos áridos. Crianças órfãs vagueiam desoladas à frente de grupos de mulheres exaustas, vasculhando destroços de casas em ruínas. Deportados com as cabeças rapadas e internados em campos de concentração, vestindo pijamas às riscas, olham apaticamente para a câmara, esfomeados e doentes. (...) Tudo e todos - com a notável exceção das bem alimentadas forças de ocupação aliadas - parecem gastos, sem recurso, exausto.

Com diversos países vivenciando o mesmo cenário trágico do pós conflito com residências, prédios industriais e campos destruídos, instabilidade política, dívidas de guerra e desemprego, urgia a criação de um plano que fosse estratégico e eficiente e que auxiliasse ao mesmo tempo diversos países. Nesse sentido, foi pensado e desenvolvido em conjunto com os países europeus, durante julho de 1947, uma ajuda financeira dos Estados Unidos na recuperação da economia dos países europeus. O plano recebeu o nome do ex-secretário de Estado George Marshall.

De modo a oficializar o Plano, o ex-secretário de Estado, traçou na Universidade de Harvard, no estado de Massachusetts, a ideia da política de estabilização e fortalecimento da economia e da política dos países da Europa Central. Pronunciou um discurso no qual

anunciou o Plano e criticou a URSS que se recusou a receber ajuda econômica dos EUA. Em seu discurso, dizia que o plano estaria acima das divergências ideológicas: “a política dos Estados Unidos não é dirigida contra um país ou uma ideologia, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos. Quem tentar bloquear a reconstrução de outros países não pode esperar ajuda”. Nesse discurso, Marshall referia-se ao governante da URSS na época, Josef Stalin, que, motivado por divergências ideológicas, negou a ajuda econômica dos EUA e criou o COMECON, um plano próprio para os países que estavam sob sua influência, como a Alemanha Oriental.

Marshall ofereceu assistência à Europa com a condição de que vários, senão todos os países europeus, elaborassem em conjunto um programa de recuperação que fosse aceitável pelos Estados Unidos. Negou que seu oferecimento fosse contra qualquer país, tal como o fez Truman com sua doutrina.² Asseverou que seu único propósito era a recuperação mundial, de natureza a permitir o surgimento de condições políticas e sociais nas quais pudessem existir instituições livres (ALLEN, 1948).

Em seu discurso, Marshall apontou que a Europa precisaria de ajuda a longo prazo e apresentou ideias de como os Estados Unidos poderiam entregá-la: 1) seria um plano europeu financiado pelos Estados Unidos, 2) todos os países da Europa poderiam participar, 3) a ajuda seria por um tempo específico, 4) uma vez atendidas as necessidades físicas imediatas das pessoas, o foco deveria ser a reconstrução da infraestrutura, 5) todos os participantes teriam que negociar igualmente entre si (GCMF, S/D).

Tabela 2. Recursos destinados ao Plano Marshall (1948-1951)

Ano	Plano Marshall (US\$ bilhões)	Orçamento do Governo Federal dos EUA (US\$ bilhões)	Gastos do plano na proporção do orçamento federal (%)
1948	5,30	41,560	12,75
1949	1,02	39,415	2,59
1950	4,06	39,443	10,29

² **Doutrina Truman:** Assim como Marshall discursou afirmando que seu plano não seria contra qualquer país, Truman o fez ao anunciar que sua doutrina seria contra a ameaça comunista. A Doutrina Truman foi um conjunto de práticas do governo dos EUA em escala mundial, à época da Guerra Fria que buscava conter a ameaça comunista.

1951	2,25	51,616	4,36
Total	12,63	172,034	7,34

Fonte: Adams e Opie (1953) apud Lassance (2021, p.14).

Conforme visto, alguns países como a URSS negaram o auxílio financeiro do Plano e criaram um plano rival. A França, por outro lado, apesar de também ter elaborado um plano próprio para a sua nação, aceitou a ajuda do Plano Marshall e recebeu um montante de 989 milhões de dólares, segundo estudo feito por Rollo (ROLLO, 2004, p.228). Apesar de ter sido inicialmente elaborado com o objetivo de ajudar os países que lutaram pelos EUA, o plano auxiliou também a Itália que lutou do lado do Eixo.

Tabela 3. Repartição da ajuda directa dos EUA entre os países participantes

País	Valor (em milhões de dólares)
Áustria	217
Bizona ³	414
Dinamarca	110
França	989
Grécia	146
Holanda	496
Irlanda	79
Islândia	11
Itália	601
Noruega	84
Reino Unido	1.263
Suécia	47

³ **Bizona**: área formada pelo território alemão ocupado pelos EUA e pela Inglaterra (após a Segunda Guerra).

Trieste	18
Turquia	50
União econômica Bélgica - Luxemburgo	250
Zona francesa de ocupação da Alemanha	100
Total	4.875

Fonte: ROLLO, (2004, p. 228).

Os dólares do Plano Marshall afetaram significativamente o nível de investimento: os países que receberam grandes quantias de ajuda do Plano Marshall investiram mais. Eichengreen e Uzan calculam que, de cada dólar de ajuda do Plano Marshall, cerca de 65% foram para o aumento da produção e 35% para o aumento do investimento. Os retornos de novos investimentos foram altos. A análise de Eichengreen e Uzan sugere que os retornos sociais podem ter chegado a 50% ao ano: um dólar extra de investimento aumentou o produto nacional em 50 centavos no ano seguinte (EICHENGREEN; DE LONG, 1991, P.30).

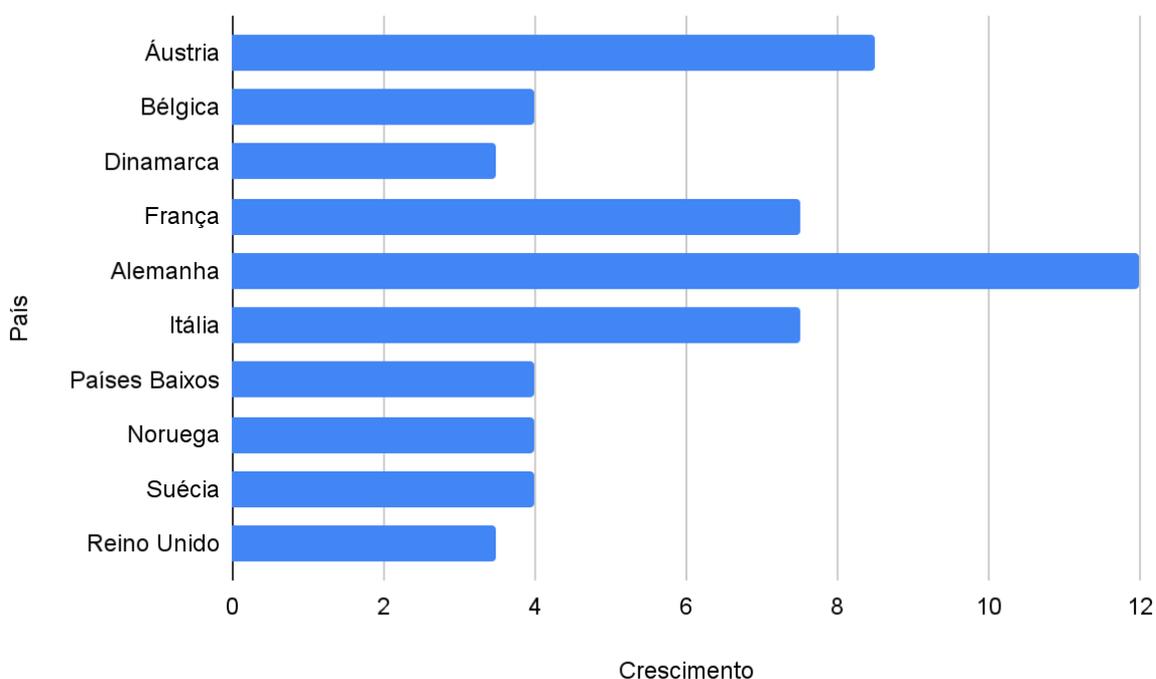
O plano vigorou por quatro anos partindo de julho de 1947. Um total de dezesseis países, incluindo a Itália e as zonas da Alemanha sob domínio dos EUA, da França e da Grã-Bretanha foram beneficiados pelo auxílio financeiro. Inicialmente, o montante da ajuda foi usado para oferecer o básico como alimento. Posteriormente, foi usado como investimento para capacidade industrial na Europa de modo a gerar também empregos.

Em seu primeiro ano, metade de toda a ajuda Marshall foi dedicada à alimentação. No geral, 60% foram gastos em produtos primários e insumos intermediários: alimentos, rações, fertilizantes, materiais industriais e produtos semi-acabados, divididos igualmente entre bens agrícolas e insumos industriais. Um sexto era combustível. Um sexto foi gasto em máquinas, veículos e outras mercadorias (EICHENGREEN; DE LONG, 1991, p.14).

A ajuda econômica teria fim em 1951. Apesar da pouca duração, o plano obteve resultados positivos. Foram evidenciados crescimentos econômicos na grande maioria dos países que participaram do plano. Eichengreen e De Long (1991) avaliam que o plano foi um compromisso de anos. De 1948 a 1951, os EUA contribuíram com US\$13,2 bilhões para a recuperação europeia. O Reino Unido recebeu um montante de US\$ 3,2 bilhões, US\$ 2,7 bilhões para França, US\$1,5 bilhão para a Itália e US\$1,4 bilhão para as zonas ocupadas da Alemanha Ocidental. Na visão de Eichengreen e De Long (1991), o Plano Marshall forneceu fundos para financiar o investimento e as despesas públicas. Permitiu que os países

importassem dos Estados Unidos. Eliminou os gargalos que obstruíam o crescimento econômico. Ele definiu o palco para a prosperidade. O crescimento europeu foi muito rápido após 1948 e o Plano Marshall ajudou no início da recuperação.

Gráfico I. Crescimento econômico nas nações europeias durante os anos do Plano Marshall 1948-1951 (período analisado) - em %



Fonte: EICHENGREEN; DE LONG 1991, p.10.

Apesar da divergência entre os números encontrados por Rollo e Eichengreen à respeito da repartição direta entre os países participantes do Plano Marshall, é possível comprovar que houve crescimento econômico, cujo boa parte foi resultado da adoção dos métodos e técnicas de fabricação de alta velocidade em que, segundo Eichengreen (2022), se baseou a era de ouro do crescimento econômico no pós-guerra. Eichengreen pondera que, em vez de apenas reconstruir a indústria europeia como no período anterior à guerra, foi feito um esforço para transferir o supressumo da tecnologia de fabricação americana. Funcionários europeus, gerentes de fábrica e sindicalistas foram aos EUA como parte das ‘Missões de Produtividade’ financiadas pelo Plano Marshall para aprender sobre essas técnicas e voltaram com novos conhecimentos, gerando benefícios tangíveis para o crescimento da produtividade.

Todavia, o Plano Marshall não foi em momento algum apenas uma ideia dos americanos para ajudar os países necessitados e controlar o avanço da influência da Rússia comunista sobre o continente europeu, mas também para ajudar a sua própria nação. Leontiev

(1949) pondera que um dos principais propósitos dos EUA ao idealizar o Plano era garantir o controle americano sobre a economia e a produção dos países da Europa Central. Desse modo, os antigos governos abriram mão de sua soberania e independência de modo que os EUA passassem a controlar o mundo capitalista.

Segundo Leontiev (1949), do ponto de vista político, o Plano Marshall significou a divisão da Europa e criou, sob a supremacia dos Estados Unidos, um bloco político e militar de países do Oeste europeu, dirigido contra a URSS e os países de democracia popular. Transformou a parte ocidental da Europa em base estratégica de agressão americana. Significou a divisão e o desmembramento da Alemanha, e fez da parte ocidental deste país o grande arsenal econômico e uma base militar de aventuras imperialistas dos monopólios da América.

Essencialmente na concepção econômica, o Plano Marshall tornou possível o propósito dos EUA de ter controle sobre a economia, a política e a produção dos países europeus, submetendo os países da Europa Central aos seus monopólios. Com essa estratégia, os americanos além de ter o poder de controlar o comércio externo, a indústria e o sistema monetário e financeiro dos países auxiliados pelo Plano, ainda asseguram mercados para seus produtos cuja demanda interna é baixa e acesso às matérias-primas que o país não tem capacidade de produzir.

Em vista disso, um dos países que mais foram favorecidos pelo Plano Marshall foi justamente o país que o idealizou, os Estados Unidos. Tal favorecimento é comprovado numericamente pelos cálculos feitos por Madison, nos quais se pode notar que, na época do Plano, os Estados Unidos obtiveram superávits sucessivos em suas contas, com exceção do ano de 1950. Ademais, segundo Lassance (2021, p.30), o saldo orçamentário no período de 1948 a 1951 superou US \$15,3 bilhões (mais de US\$157 bilhões positivos, em valores de 2020).

O Plano Marshall promoveu, sem dúvida, um forte crescimento econômico nos países participantes, criando a base para o Estado de Bem Estar Social (LASSANCE, 2021). Isso se deveu à capacidade dos governantes dos países participantes do Plano em fechar acordos em que houvesse a cooperação entre Estado, capital e trabalho. Apesar de ter se mostrado eficiente no que se propôs a realizar, o plano recebeu diversas críticas tanto no tempo em que foi idealizado quanto anos depois. Leontiev (1949) pondera que o Plano Marshall é recheado de contradições desde seus primeiros feitos. Defende que o Plano exerceu uma influência desvantajosa dos EUA sobre a economia europeia, na qual os EUA se opuseram ao recebimento de importação de produtos europeus, e ainda argumenta que esse é o motivo do

enorme déficit de dólares na balança das contas da Europa Central. Em sua análise crítica à respeito do Plano Marshall, Leontiev (1949) pondera:

Há uma contradição evidente no fato de que os Estados Unidos se esforçam para aumentar sua exportação sem admitir uma importação adequada, enquanto que os países do Oeste Europeu são obrigados a importar, mas não tem possibilidade de exportar uma quantidade bastante de mercadorias. É esta dupla contradição que é, em grande parte, a origem do Plano Marshall.

Allen (1948) defende que o Plano Marshall passa longe de ser uma ideia dos EUA para recuperar a Europa. Ele argumenta que, desde seus termos, cláusulas e condições, e à medida em que o plano avançava, ficava claro que a ideia era que ele fosse empregado de modo a formar uma aliança guerreira da Europa Ocidental, sob o controle dos americanos. Do mesmo modo, Allen (1948) critica o argumento conhecido de que a União Soviética negou a ajuda do Plano Marshall por causa de divergências ideológicas. Em sua concepção, a URSS se opunha ao plano porque ele não visava à recuperação da economia europeia e sim sua dominação pelo imperialismo norte americano.

Assim, à medida que o Plano Marshall tomava forma oficial, seus termos e condições revelavam claramente que é um plano para a dominação da Europa e das áreas coloniais, na África e na Ásia, dependentes dos países da Europa Ocidental. Não tem nada em comum com auxílio ou recuperação. É um plano de dominação econômica mascarado na forma de um plano de recuperação econômica (ALLEN, 1948).

Ao final do Plano Marshall foi verificado que houve crescimento econômico na maioria dos países que participaram do programa de auxílio financeiro. O plano forneceu os fundos de capital que os países necessitavam para financiar o investimento e as despesas públicas. Permitiu aos países a importação de produtos dos Estados Unidos e aumentou em cerca de 35% os níveis de investimento. Além disso, o plano criou base para o Estado de Bem Estar Social. No entanto, foi visto por seus críticos como uma fonte de dominação política. Conforme analisado nessa seção, o Plano Marshall auxiliou diversos países, incluindo a França. Se a França já usufruía do plano elaborado pelos EUA, porque foi criado um plano específico para este país? Esse é o tema da seção seguinte.

4. PLANO SCHUMAN E A IDEIA DE UM PLANO ÚNICO PARA A FRANÇA, O PLANO MONNET

O economista francês, Jean Fourastié, no seu livro sobre transformação social e econômica francesa intitulado “A revolução invisível”, referiu-se aos 30 anos que sucederam

a Segunda Guerra Mundial no país como “Os trinta gloriosos”. Em parte, esses anos gloriosos foram possíveis devido aos planos quinquenais de reconstrução econômica propostos por Jean Monnet para a França, programa que ficou conhecido como Plano Monnet. O plano tinha como objetivo principal resolver a situação de atraso econômico que o país enfrentava por consequência da Segunda Guerra Mundial, incentivar a retomada da produção e ao mesmo tempo modernizar a economia e a indústria francesa. Monnet se manifestou do seguinte modo ao refletir a respeito do desafio oferecido a ele de reconstruir e modernizar a economia francesa no período pós-guerra:

Quando prometi ao general de Gaulle em Washington que iria enfrentar a modernização da França, não tinha ideia de quão grande seria essa tarefa. Agora, percebi que era vital: ocuparia todas as minhas energias e as dos homens que trabalharam comigo no esforço de guerra. Para sustentar um esforço comparável em tempo de paz, deveríamos, mais uma vez, ter uma visão geral e mobilizar todos os recursos humanos e materiais disponíveis (MONNET, 1976, p. 232).

O carvão e o aço eram, em termos econômicos, matéria prima vital para alimentar a indústria e recuperar a economia. O carvão ainda era a principal fonte de energia e o governo francês almejava modernizar suas indústrias (LESSA, 2003, p.35). Embora grande parte do carvão europeu fosse encontrado na fronteira entre a França e a Alemanha, a maioria ainda estava presente em território alemão. Em vista disso, precedentemente à ideia do Plano Monnet e visando controlar o dano de uma possível recuperação do poder militar da Alemanha Ocidental, Jean Monnet juntamente com Robert Schuman, político francês e ministro de negócios da época, sugeriu um plano de exploração conjunta dos recursos de carvão e de aço da Europa Central. O plano também buscou aumentar a produção europeia de carvão e aço de modo a dar impulso ao crescimento econômico geral. O plano que homenageou o ministro dos negócios ficou conhecido com Plano Schuman e antevia:

realizações concretas, ainda que limitadas, mas que permitissem a criação de uma solidariedade de fato. (...) As instituições apresentadas no Plano Schuman adquiriam um caráter francamente supranacional, ganhando a forma de uma Alta Autoridade, cujas decisões ligariam os Estados-membros, composta de membros independentes dos governos nacionais e cujas decisões teriam execução plena nos diferentes países (LESSA, 2003, p. 36-37).

O Tratado instituindo a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi firmado aos 18 de abril de 1951 em Paris, instaurando um mercado comum progressivo do carvão e do aço, e, em consequência, a supressão de direitos alfandegários, de restrições quantitativas à livre circulação desses bens, de medidas discriminatórias e de subsídios ou ajudas de qualquer natureza eventualmente acordadas pelos Estados-membro aos produtores nacionais. O tratado de Paris estabeleceu que a CECA entraria em vigor em 25 de julho de 1952 (LESSA, 2003, p.37).

Do ponto de vista político, o Plano Schuman baseava-se no pressuposto de que a integração da Alemanha numa estrutura europeia permanente era a melhor forma de evitar que ela fosse uma ameaça aos seus vizinhos e, ao mesmo tempo, garantir a paz na Europa. Permitiu uma melhoria das relações franco-alemãs com base em interesses mútuos, ao mesmo tempo que criou um clima de cooperação na Europa, pois colocou a Alemanha em pé de igualdade com outros países continentais, algo de grande significado simbólico (CVCE, 2016).

O contexto histórico no qual se começou a examinar a elaboração do Plano Monnet, o plano específico para a França, pode ser determinado no tempo a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário, duas características se mostraram fundamentais para o território francês que havia participado ativamente deste conflito e devido a isso sofrido com os ataques. Em primeiro lugar, a França se mostrava economicamente um lugar de incerteza por causa dos custos dos anos de guerra, ademais, a sua população estava desempregada e desabrigada. Em segundo lugar, havia a preocupação com o crescimento populacional decorrente em grande parte devido ao fenômeno do baby-boom verificado no pós-guerra. De acordo com Judt (2005, p.338), na França, apenas no ano de 1949, foi registrado o nascimento de 896 mil crianças. Ademais, ainda segundo o autor, o crescimento populacional no território francês desde o fim da guerra até meados dos anos 1960 foi avaliado em 30%.

É nesse panorama e diante destas circunstâncias que surge a ideia do plano francês, objetivando suprir as necessidades da população e do país. De modo a facilitar tanto o recebimento quanto as aplicações do Plano Marshall foi definido uma ação planejada. Esse projeto criou a base que deu sustentação para a sua continuidade, se estendendo para outros planos que visavam também a modernização da economia. A ideia de um plano de recuperação econômica especial para a França surgiu durante uma conversa que Monnet teve com Charles de Gaulle em 1945. Nesse diálogo, Monnet demonstrava certa preocupação a respeito da grandeza da França. Para ele, os franceses eram pequenos e só alcançariam a grandeza com a modernização. Nas palavras do político francês:

Hoje os franceses são pequenos. Só haverá grandeza quando os franceses tiverem estatura que a justifique. É assim que eles são. Para isso, eles devem se modernizar - porque no momento não são modernos. Eles precisam de mais produção e maior produtividade. Materialmente, o país precisa ser transformado (MONNET, 1976, p.228).

De acordo com o decreto que regulamentou o Comissariado Geral do Plano (CGP) de modernização e de equipamento, o plano francês visava inicialmente acrescer a produção da metrópole e territórios ultramarinos, bem como o intercâmbio com o resto do mundo,

particularmente nos campos mais favoráveis; elevar o rendimento do trabalho ao nível alcançado nos países onde fôsse mais alto; assegurar o pleno emprego da mão-de-obra, erguer o nível de vida da população e melhorar as condições ambientais e de vida coletiva.

Os objetivos do Plano foram então definidos em quatro vertentes: (1) desenvolver a produção nacional e o comércio exterior, particularmente nos campos em que a França está mais favorecida; (2) aumentar a produtividade; (3) assegurar o pleno emprego da mão de obra; (4) elevar o padrão de vida e melhorar o meio ambiente e as condições de vida nacional (MONNET, 1976, p. 240)

O Primeiro Plano (1947-1952), segundo Ramalho (1961, p.35), se restringiu a tomar as providências necessárias de modernização e desenvolvimento dos setores de base. Esse plano obteve sucesso. No fim do período no qual ele foi realizado foi evidenciado aumento na produção siderúrgica, cujo crescimento chegou a 150%. Houve também aumento na produção de cimento e no tráfego rodoviário, cujas porcentagens chegaram a 200% e 150%, respectivamente. Ramalho (1961) analisa que ocorreu aumento de 71% na produção industrial e 21% na produção agrícola. Na renda real, por sua vez, ocorreu aumento de 30%.

O Segundo Plano (1952-1955), apesar dos resultados promissores do primeiro plano, teve por objetivo metas restritas. Ele ocorreu durante os últimos anos da Quarta República, que foi caracterizada por uma instabilidade ministerial devido às brigas partidárias e pela existência de numerosos partidos políticos (SUPPO, 2016, p.4). Ademais, o plano coincidiu com o surgimento da guerra de independência argelina. É nesse cenário que surge o Segundo Plano que pretendia conduzir com o maior êxito possível os recursos materiais da economia francesa e a aguardar a aprovação de reformas técnicas que visavam garantir o financiamento de projetos, a instituição de leis programas, e a criação de Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (RAMALHO, 1961, p.35). Desse modo, o governo elaborou investimentos tanto em pesquisa quanto em desenvolvimento.

O Terceiro Plano (1956-1961) diferentemente de seus antecessores e agindo de modo mais ambicioso foi baseado em metas imperativas. No entanto, nesse período havia dois contextos sócio-políticos e econômicos que deveriam ser considerados na elaboração deste plano. A guerra da Argélia pela independência seguia ocorrendo desde 1954, entretanto, seu progresso gerou uma pressão inflacionária. Ademais, conforme já visto a França estava passando pelo “baby-boom” dos anos 50. Essa característica social foi levada em consideração no planejamento do terceiro plano que teve diversos objetivos. Em primeiro lugar, o plano pretendia equilibrar a balança de pagamentos. E em segundo lugar, visando preparar a economia para a chegada da geração baby-boom, o plano ampliou os investimentos

sociais pensando no desenvolvimento futuro e incentivando a formação profissional e a pesquisa científica também em função das metas (RAMALHO, 1961, p. 35). Ademais, segundo Ramalho (1961), o plano pretendia elevar a produção nacional em 27%, melhorar a utilização dos recursos naturais, restringir a expansão da região parisiense e assistir os países subdesenvolvidos. Embora muito ambicioso, o Terceiro Plano teve resultados positivos. Conforme pontuado por Ramalho (1961) houve melhorias no balanço comercial e devido a isso a população voltou a confiar no franco o que permitiu um fortalecimento das reservas internacionais.

Os planos econômicos franceses, mesmo preservando as linhas gerais ao longo dos anos, se distinguiam entre eles em função de questões conjunturais, como a diferença entre os setores priorizados – dependendo do momento em que o plano era elaborado, alguns setores da atividade nacional eram privilegiados em detrimento de outros – e a evolução de uma orientação mais fortemente estatizante no imediato pós-guerra para uma liberalização relativa na década de 1960, quando a situação do país já voltara à normalidade, superando as penúrias e as destruições provocadas pelo conflito militar (SAES, 2022).

Os planos quinquenais de Monnet para a recuperação econômica da França obtiveram sucesso devido a estratégia usada de reconstruir o país pensando concomitantemente no bem estar do Estado, no uso devido do Capital tanto recebido pelo Plano Marshall quanto do investimento próprio do plano francês, e no investimento em pesquisa científica e formação profissional pensando na geração de empregos tanto para a população da época quanto para a geração futura do “baby-boom” (RAMALHO, 1961). Nesse cenário, os trabalhadores da época desfrutavam do crescimento econômico com o aumento do salário real e com as baixas nas taxas de desemprego. O êxito do plano francês, foi então, em parte, devido à qualificação da mão de obra e ao potencial industrial e científico.

Na França, o salário real semanal aumentou em média 4% ao ano de 1949 a 1973, enquanto nos períodos anteriores, os mais “faustosos” (entre 1870 e 1895 e entre 1920 e 1930) ele havia aumentado em média 2% (BEAUD, 2020, p.318). Logo, com o aumento dos salários, ampliou-se o poder de compra e o consumo dos franceses, permitindo o acesso dessa população a bens mais duráveis, criando-se assim uma sociedade de consumo. A dinâmica do aumento do poder de aquisição de bens duráveis pode ser melhor compreendido com a tabela a seguir.

Tabela 4. Difusão de bens duráveis nas famílias de operários e de empregados na França, em %

<i>Bens duráveis</i>	<i>Operários</i>			<i>Empregados</i>		
	<i>1954</i>	<i>1965</i>	<i>1975</i>	<i>1954</i>	<i>1965</i>	<i>1975</i>
<i>Automóvel</i>	8,0	47,0	73,6	18,0	53,3	71,4
<i>Televisão</i>	0,8	45,9	86,8	1,3	46,6	84,9
<i>Refrigerador</i>	3,3	56,4	91,3	9,9	67,6	92,0
<i>Lavadora</i>	8,5	44,0	77,1	6,7	43,3	75,0

Fonte: BEAUD, Michel. História do Capitalismo de 1500-1800, p. 31

Conforme analisado, apesar do fato da Guerra da Argélia⁴ e da instabilidade política da Quarta República⁵ terem coincidido com os anos dos primeiros planos do programa de recuperação econômica de Monnet, foi verificado que a grande maioria das metas estabelecidas foram atingidas. Logo na realização do Primeiro Plano (1947-1952) foram atingidos os aumentos da produtividade, um dos quatro principais objetivos pré-estabelecidos do Plano Monnet. Com o Segundo (1952-1955), os recursos da economia foram conduzidos com o maior êxito possível, o governo investiu tanto em pesquisa quanto em desenvolvimento, ademais, houve a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social. No Terceiro Plano (1956-1961), o último analisado, o crescimento econômico seguia sendo o principal objetivo, no entanto, nesse plano, o fenômeno do “baby-boom” seria levado em consideração na criação das metas. O plano objetivava preparar a economia para a chegada da geração do “baby-boom”. Nesse sentido, houve investimentos sociais em pesquisa científica e em formação profissional de modo a garantir o pleno emprego futuro desses jovens. Por fim, conforme analisado, o Plano de recuperação econômica na França obteve considerável êxito, houve aumento de 4% ao ano no salário real, o que ampliou o poder de compra dos franceses, permitindo a eles o acesso a bens mais duráveis.

⁴ **Guerra da Argélia:** foi um conflito dos argelinos contra os franceses em busca da independência do país. A Argélia até então estava sob domínio francês. O conflito durou de 1954 a 1962.

⁵ **Quarta República:** foi um governo republicano francês que administrou o país desde o pós guerra (1946) até 1958. Enfrentou diversos problemas como autoritarismo, instabilidade política e corrupção, mas ao mesmo tempo trouxe crescimento econômico para a França no pós Segunda Guerra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, objetivou-se tentar compreender a estratégia de recuperação econômica do Plano Marshall e a contribuição que ela teria gerado para a reestruturação econômica, política e social dos diversos países auxiliados pelo plano no pós-guerra. Objetivou-se também analisar o Plano Monnet, criado especialmente para a França.

Nos países auxiliados pelos EUA, a recuperação econômica se deu por meio de um período de tempo bem menor e cada país recebeu uma quantia diferente de capital. Foi analisado que os países que receberam quantias maiores de auxílio financeiro puderam investir mais. Ademais, o sucesso do Plano Marshall pode ser evidenciado através do crescimento econômico e da melhoria na vida da população. Não obstante, o programa foi bastante criticado por alguns analistas da época.

Na França, por outro lado, conforme analisado, o Plano surgiu como uma ideia posterior ao Plano Schuman e se estendeu a longo prazo. Conforme analisado, a França foi auxiliada pelo Plano Marshall e utilizou os recursos financeiros dessa ajuda para atingir as primeiras metas do seu Plano Monnet, sendo assim, a relação que os dois planos tinham era de complementaridade. O Plano Monnet elaborou os objetivos para a reconstrução francesa e o Plano Marshall o financiou ao menos nos primeiros anos. A França realizou um plano especial para a sua nação pois pretendia realizar metas de longo prazo. O plano começou realizando metas precisas para o desenvolvimento e a modernização dos setores de base, como energia e bens de capital. Além do mais, algumas decisões foram elaboradas pensando no futuro da geração do baby-boom, com investimento em pesquisa e desenvolvimento. Conforme se foi atingindo o crescimento econômico, passaram a ser agregadas metas de desenvolvimento social e estabilização econômica, com o objetivo de melhorar o nível de vida da população francesa.

É válido ressaltar a relevância do Plano Schuman que, apesar de ter sido idealizado na França, teve suas consequências expandidas para além da fronteira com a criação da (CECA). Ela foi de extrema importância para a recuperação econômica no pós-guerra pois garantiu a fonte de dois recursos (carvão e aço), essenciais para alimentar a indústria e conduzir os países ao crescimento econômico.

Por fim, fica entendido que, além de compreender os planos de reconstrução econômica, isto é, as diferentes estratégias usadas pelos dois países analisados para liderar as nações rumo ao crescimento econômico, é fundamental entender como tanto o Plano Marshall

quanto o Plano Monnet foram fundamentais na recuperação econômica dos países europeus no pós-guerra, afetando inclusive o nível de investimento. Ademais, é notável certa crítica sobre o Plano Marshall pelo fato dos EUA, o país idealizador do plano, ter sido o principal beneficiado. É importante compreender as condições mais favoráveis para que uma economia volte a crescer, é necessário sanar possíveis incertezas em torno do que foi priorizado em cada país beneficiado pelo Plano Marshall, e como se deu o fim do Plano Monnet o que demanda um maior aprofundamento sobre as perspectivas econômicas e da economia francesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Paulo Roberto De. Transformações da ordem econômica mundial, do final do século 19 à Segunda Guerra Mundial. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF, Brasil, 2015 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/c7CYfj5YzLN7JG8cKyN86vp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 de junho de 2022

ALLEN, S. James. O Plano Marshall - Recuperação ou Guerra? Revista Problemas, nº 13, Agosto - Setembro de 1948. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/13/marshall.htm Acesso em: 10 de maio de 2022

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1947 - secretário de Estado dos EUA anuncia o Plano Marshall: Política norte-americana seria direcionada à recuperação econômica da Europa Ocidental pós Segunda Guerra Mundial. Operamundi, Brasil, ano 2022, v. 1, n. 1, 5 jun. 2022. seção, p. única. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/12461/hoje-na-historia-1947-secretario-de-estado-dos-eua-anuncia-o-plano-marshall> Acesso em: 10 de maio de 2022

BEAUD, Michel. História do Capitalismo: 1500-1980. 1986. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/x1csv50> Acesso em: 10 de maio de 2022

BRANCO, Carlos Martins. A ONU e o processo de resolução de conflitos: potencialidades e limitações, 2004. Disponível em: http://ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r4/RI4_CMB.pdf Acesso em: 02 de junho de 2022

CENTRE VIRTUEL DE LA CONNAISSANCE SUR L'EUROPE (CVCE). The Origins of the Schuman Plan, 2016 Disponível em: https://www.cvce.eu/obj/the_origins_of_the_schuman_plan-en-8cbf9f67-4b14-41d3-afe6-24419adc980e.html. Acesso em: 30 de abril de 2022

CONGER, Jay. Quem é a geração X? HSM Management, n.11, p.128-138, nov./dez. 1998. Disponível em: <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/25/Texto%20%20-%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20X.pdf> Acesso em: 02 de junho de 2022

EICHENGREEN, Barry; DE LONG, Bradford, J. The Marshal Plan: History's Most Successful Structural Adjustment Program, Novembro de 1991. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w3899/w3899.pdf Acesso em: 10 de maio de 2022

EICHENGREEN, Barry. Formulando um Plano Marshall para a Ucrânia, 2022. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/shaping-marshall-plan-for-ukraine-by-barry-eichengreen-2022-05/portuguese> Acesso em: 20 de maio de 2022

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf Acesso em: 26 de janeiro de 2022

JUDT, Tony. Pós-Guerra: Uma história da Europa desde 1945. 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/41138038/JUDT_Tony_P%C3%B3s_guerra_uma_hist%C3%B3ria_da_europa_desde_194 Acesso em: 8 de fevereiro de 2022

LASSANCE, Antonio. O Plano Marshall: uma abordagem atual à formulação, ao desenho e à coordenação de políticas públicas e programas. Rio de Janeiro, junho de 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/2109809_td_2661.pdf Acesso em: 4 de maio de 2022

LEONTIEV, A. O Plano Marshall à Luz dos Fatos, Revista Problemas, nº 21, Outubro de 1949. Disponível em: [O Plano Marshall à Luz dos Fatos](#) Acesso em: 9 de maio de 2022

LESSA, Antônio Carlos. A construção da Europa: a última utopia das Relações Internacionais. Coleção Relações Internacionais. Brasília: Editora Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=u2-E4QNuONEC&printsec=frontcover&dq=related:ISBN8588270021&sig=dd_tgdC3kuhDAXuLCQmAyDaQuFE&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false Acesso em: 15 de abril de 2022

MADDISON, Angus. The World Economy: A millennial perspective, 2001. Disponível em: <https://theunbrokenwindow.com/Development/MADDISON%20The%20World%20Economy--A%20Millennial.pdf> Acesso em: 18 de fevereiro de 2022

MONNET, J. Mémoires, Fayard, Paris, 2011. Disponível em: <https://archive.org/details/MonnetJeanMemoirs/page/n237/mode/2up>. Acesso em: 8 de abril de 2022

ONU NEWS. Nações Unidas lembram os mortos da Segunda Guerra Mundial, 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/05/1750022>. Acesso em: 13 de março de 2022

RAMALHO, Newton Correa. Os planos econômicos franceses, 1961. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4158/2347> Acesso em: 30 de abril de 2022

ROLLO, Maria Fernanda Fernandes Garcia. Portugal e a Reconstrução Econômica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50, 2004. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/117426/1/Rollo_PortugalReconstru%C3%A7%C3%A3oEcon%C3%B4mica.pdf Acesso em: 4 de maio de 2022

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. Capitalismo planejado: A planificação econômica na França dos “Trinta Gloriosos” (1945-1975), 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/capitalismo-planejado/> Acesso em: 30 de maio de 2022

SUPPO, Hugo. A máquina diplomática cultural da Quarta República. Meridiano 47, 17: e17004, 2016 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299500168_A_maquina_diplomatica_cultural_da_Quarta_Republica_francesa_e_o_Brasil_1946-1958 Acesso em: 10 de maio de 2022

THE GEORGE C. MARSHALL FOUNDATION (GCMF). The Marshall Plan. Disponível em: <https://www.marshallfoundation.org/the-marshall-plan/> [s.d.]. Acesso em: 10 de maio de 2022